

274

A EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS DE PROTEÇÃO AO AQUÍFERO GUARANI. *Renan Nascimento de Oliveira, Patrick Santos Borges, Iara Maria Machado Soares, Graciele Naiane Marafiga Conterato, Shayane Bragança Baptista, João Hélio Ferreira Pes (orient.) (UNIFRA).*

O projeto tem como objetivo verificar a eficácia das normas jurídicas de proteção aos recursos hídricos subterrâneos do Brasil, analisando a real efetividade dessas normas na proteção ao Aquífero Guarani. Utilizar-se-á o método hermenêutico para interpretação e compreensão da legislação existente e análise comparativa dessas legislações, jurisprudências e dados estatísticos no país e na região do Aquífero, para que se possa averiguar as normas que o protegem, verificando sua eficácia frente aos conflitos atuais. Hoje, é notório que esse bem de valor inestimável é limitado e, sendo o Aquífero Guarani uma das maiores reservas naturais de água doce do mundo, faz-se necessário que haja uma legislação própria para tal e, principalmente, que esta seja efetiva e eficaz, protegendo esse recurso da ação irracional do homem para que as próximas gerações também possam fazer uso do Aquífero Guarani, nas mesmas características quantitativas e qualitativas das quais dispomos hoje. Atendendo a linha de pesquisa Teoria Jurídica, Cidadania e Globalização, o presente projeto também desenvolverá a pesquisa científica integrada em benefício da comunidade regional, identificando possíveis problemáticas ambientais a serem enfrentadas futuramente. Dentre todos esses fatores, há também aquele que justifica o devido interesse brasileiro em uma avançada legislação de proteção às águas: o fato de que o Brasil detém grande parte da água doce disponível e acessível no planeta. Por fim, este projeto de pesquisa tem apresentado resultados parciais que demonstram a ineficácia das normas existentes na proteção às águas subterrâneas, mais precisamente, a este grande reservatório de água doce do mundo que é o Aquífero Guarani.